

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)**

**15.12.2020**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC)**

**15.12.2020**

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Havendo número regimental, declaro aberta a quinta reunião extraordinária da Comissão de Transportes e Comunicações, da segunda sessão legislativa da 19ª Legislatura. Vamos realizar a chamada de presença nominal, verificando o quórum, o presidente desta Comissão deve responder confirmando a presença verbalmente de cada um de vocês, ok? Então vou fazer a chamada aqui. Carla Morando.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Presente a Carla Morando. Itamar Borges.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Presente, Itamar Borges. Deputado Rogério Nogueira.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Presente aí, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Presente o Rogério Nogueira. Deputado Maurici?

**O SR. MAURICI - PT** - Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Presente o deputado Maurici. Deputado Jorge Wilson, Xerife do Consumidor.

**O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS** - Presente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Presente deputado Jorge Wilson, Xerife do Consumidor. Deputado Vinícius Camarinha.

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB** - Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Presente o deputado Vinícius Camarinha. Deputado Rodrigo Gambale.

**O SR. RODRIGO GAMBALE - PSL** - Presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Deputado Rodrigo Gambale presente. Joia, beleza. Solicito a secretária a leitura da Ata da reunião anterior. Alguém pede dispensa aí da Ata?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente, já pedi a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, é regimental o pedido de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada.

Vamos lá, pessoal, dando continuidade, informo que a presente reunião tem por finalidade receber o Exmo. Secretário de Estado, Logística e Transportes João Octaviano Neto, para prestar conta sobre o andamento de sua gestão, nos termos do Art. 52-A da Constituição Estadual.

Agradeço. A qualquer momento, os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que desejarem fazer o uso da palavra, peço que se inscrevam, enviando uma mensagem a todos no chat desta plataforma do Zoom. Ok, pessoal? Então, com a palavra, vou passar aqui ao nosso secretário de Logística e Transportes, João Octaviano Machado. Seja bem-vindo, secretário, parabéns pela gestão frente à secretaria.

E nós sabemos que o senhor faz com muito zelo, com muita responsabilidade e seriedade, pois não, nosso engenheiro, João Octaviano.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Presidente, deputado Ricardo Madalena, boa tarde, Srs. Deputados. Deputado Itamar Borges, deputado Rogério Nogueira,

deputado Maurici, deputado Jorge Wilson, deputada Carla Morando, deputado Vinícius Camarinha, e deputado Rodrigo Gambale. E o nosso que está aí, deputado, o Waldir Dutra, a Carol, e todos que nos acompanham aqui. Boa tarde, é um prazer falar com o senhor, e com os deputados, para a gente falar um pouco do que foi este ano, e do que são os projetos que nós temos aí, desafiadores, aqui na nossa secretaria.

Então começando, deputado, só um número importante aí, nós temos um conjunto de mais de 170 obras em andamento no Estado inteiro, através de DER, através das concessionárias e rodovias da Artesp, são obras importantes para a manutenção desses status de São Paulo, de ter as melhores rodovias do País.

E estamos trabalhando com o DER, de maneira que tem um grande desafio para o DER, até 2022 ampliar uma rodovia, administrada diretamente pelo Estado, entre as melhores do País, e nós estamos trabalhando nesse sentido, aumentando toda a capacidade de conserva, aumentando toda a capacidade de manutenção de todo o sistema rodoviário – tivemos neste ano algumas questões da maior relevância.

Por exemplo, a aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, do investimento ferroviário aqui em São Paulo, a chamada Malha Oeste, aquele ramal (ininteligível) de Panorama, que vai ligar toda a região de Panorama, Bauru, chegando até Pederneiras, trazendo um grande investimento, cerca de seis bilhões de reais que o privado vai investir na retomada da ferrovia em São Paulo.

São dois investimentos rodoviários, um na região norte do Estado, trazendo a Ferro Norte, entrando ali em São José do Rio Preto, fazendo contorno em São José do Rio Preto, depois o contorno de Catanduva, o contorno de Araraquara, e chegando até Americana. Então nós temos vários investimentos que vão implicar alteração, inclusive, de traçados rodoviários, para haver concordância com esses traçados ferroviários. Isso reforça muito o papel logístico do estado de São Paulo, porque além das nossas rodovias, agora com as ferrovias, nós temos a hidrovia do Tietê.

Também com uma grande capacidade de carga. Aumentou em 4% este ano, apesar da crise, a capacidade de embarco de carga na hidrovia do Tietê, se conectando com a hidrovia do Paraná, ela faz uma conexão de carga importante – até Pederneiras, onde você tem uma modalidade lá, uma intermodalidade, ou para os trens, ou para os caminhões, para alimentar o porto de Santos.

Portanto, nós temos um forte investimento nessa questão da intermodalidade do estado de São Paulo. Isso é importante, porque São Paulo se constitui como um grande corredor logístico, de maneira que a gente tem uma responsabilidade imensa de melhorar

cada vez mais a capacidade de chegada de carga no porto de Santos. Então isso tem sido uma dinâmica, deputado, e tem um aspecto, que infelizmente este ano aqui, por conta da pandemia, por conta das dificuldades do governo federal, nós não conseguimos evoluir, que é a questão das nossas vicinais, vicinais da maior importância.

O deputado Itamar Borges diz que está arguindo o meu colega, Gustavo Junqueira, e o Junqueira tem uma preocupação muito grande, porque as vicinais vão garantir o escoamento da produção, desde o campo, até a conexão com o sistema rodoviário, ou rodoferroviário, do estado de São Paulo. De maneira que, neste ano, não conseguimos, há uma dificuldade bastante grande ainda, que esperamos superar no ano que vem, com o órgão de controle dos financiamentos externos do Ministério da Economia, o Cofix, ele não qualifica como prioridade o investimento em infraestrutura rodoviária, muito menos a questão das vicinais. Agora, a questão de duas semanas, eles alteraram uma portaria, abrindo uma brecha para o ano que vem, para que a gente possa buscar financiamento externo para atuar nas vicinais, portanto temos aí desafio grande para o ano que vem.

Nós temos mapeados já mais de 12 mil quilômetros de vicinais, para atender o Estado inteiro, e nós imaginamos como um primeiro ataque a esse conjunto de vicinais, deve se dar um total de 2.500 quilômetros de vicinais, um investimento da ordem, mais ou menos, de três bilhões de reais. Portanto, estamos atentos a isso, e buscando aí o máximo possível desses investimentos rodoviários no Estado. Pois não, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Só registrar a presença do deputado José Américo, que já está plugado, ligado aí nesta reunião que nós estamos fazendo, ouvindo o senhor, conforme o Regimento Interno da Casa. Pode dar continuidade, secretário, desculpa aí.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Imagina, muito obrigado, prazer em vê-lo, deputado José Américo. Como eu dizia então, do ponto de vista de rodovia, são esses. (Vozes sobrepostas.)

Então vamos lá, tivemos aí uma situação que está nos preocupando, deputado, uma mudança radical do governo federal em relação a hidrovias. Assinamos um termo de cooperação e de compromisso com o governo federal, onde o governo federal se comprometeu a alocar 300 milhões de reais no derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava. Para a nossa surpresa, a questão de duas semanas, o governo federal mandou um novo termo, em que ele se desobriga de colocar isso, e queria que nós fizéssemos um

esforço, junto aos colegas deputados federais, para conseguir 300 milhões em emendas parlamentares para o derrocamento de Nova Avanhandava.

Eu falei ao ministro que isso é inviável, até porque a essa altura os deputados já têm os seus compromissos de emenda lançados no Orçamento, e que eu entendi que isso é um movimento do governo federal de desinteresse em relação à hidrovia do Tietê-Paraná. E, sem esse derrocamento de Nova Avanhandava, teremos muita dificuldade de garantir a modernização da hidrovia, estamos terminando agora em janeiro o Plano Diretor da Hidrovia do Tietê, e o derrocamento do Pedral de Avanhandava é fundamental.

E o governo federal recuou, mandou um documento estapafúrdio, unilateral, retirando a responsabilidade que ele já tem assumida. Nós nos negamos a assinar esse documento, e estamos combinando que se mantenha esse documento já assinado com o governo federal, não vamos concordar com uma saída unilateral dessa.

Falamos com o governador, com o vice-governador, e o governador disse o seguinte: “Se, na pior das hipóteses, o governo federal romper o acordo, haverá um esforço do governo estadual para bancar esse derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava”. E é gozado, deputado, porque neste mesmo momento o governo federal investiu mais recursos do que isso no desassoreamento da Hidrovia do Tapajós, então não é falta de dinheiro como eles alegam, nós estamos falando de uma coisa que vai ter uma conta mensal inferior a oito milhões de reais.

Então nos parece que é algo, infelizmente, de caráter político em relação a São Paulo. Eu faço questão de colocar isso, porque isso daqui era um marco que tínhamos, estávamos contando com esse aspecto. E, para a nossa surpresa, o ministro Tarcísio, na última reunião que tivemos, questão de 15 dias, ele mudou a regra do jogo, e queria que fossemos, através da bancada paulista, levantar emendas parlamentares. Nós dissemos que isso não tem cabimento, seria uma traição com os deputados que já estão empenhados com os seus compromissos. O orçamento já está fechado lá em Brasília, como é que nós vamos fazer uma mudança a essa altura do campeonato?

E vincular isso às emendas dos deputados é uma coisa sem cabimento, porque não é isso o que foi discutido até agora. Tivemos mais um dissabor aí com o governo federal também. Está pronta, e fizemos tudo o que a autoridade dos portos pediu, para a ponte Santos-Guarujá. Aumentamos o vão da ponte para 750 metros, todos os estudos técnicos aqui do Departamento de Engenharia Naval da Escola Politécnica, a praticagem, a capitania dos portos, ninguém vê problema, e o Governo Federal não aprovou a ponte.

Está discutindo outros aspectos, agora estão dizendo o seguinte: “Como haverá o pedágio na ponte, vai aumentar o custo do frete”. É bobagem, isso não representa uma argumentação razoável. Então, infelizmente, com relação ao governo federal, estamos colhendo dissabores aí, que vão atrapalhar um pouco os projetos que estavam em andamento.

Tirando isso, os outros projetos, que dependem exclusivamente do esforço do Governo do Estado de São Paulo, vão muito bem. Convênios com os municípios, uma série de ações sendo feitas em todas as regiões do Estado, prorrogamos por mais três meses o projeto do Banco Mundial, para ter tranquilidade na conclusão das obras da Raposo Tavares. E todas essas outras questões andam muito bem, o plano de desestatização dos aeroportos, o plano, também, de aumento de capacidade do porto de São Sebastião, até o governo federal decidir qual é o modelo da privatização do porto.

Então todas as outras ações que dependem, deputado, e eu quero deixar isso bem claro, do Governo do Estado de São Paulo, foram feitas com êxito, metas cumpridas, e só não conseguimos atingir as metas daquelas que dependem da intervenção do governo federal. Porque ele, ao longo deste ano, infelizmente tenho aqui que declarar, não foi parceiro do estado de São Paulo. São essas considerações iniciais que eu queria fazer, e quero me colocar aqui à disposição para responder as questões dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, secretário, nós que agradecemos a explanação que o senhor acabou de fazer da sua pasta, tão importante para o estado de São Paulo. E vou abrir aqui a palavra aos Srs. Deputados que fazem parte desta Comissão, para se manifestarem – e questioná-lo, não é? Conforme prazo regimental de dez minutos aos membros efetivos, têm até dez minutos, e os substitutos, na ausência do efetivo, cinco minutos.

Então eu pediria aos Srs. Deputados para se atentarem a esse prazo, para que todos possam ter oportunidade de estar falando com o secretário, neste momento virtual que nós estamos nesta audiência, nesta reunião. Por ordem de inscrição, alguém já se inscreveu? Ainda não? Alguém quer questionar o secretário?

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Presidente.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Rogério.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Deputado Rogério Nogueira, pois não, para os seus questionamentos.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Bom, primeiro, a gente fica meio atrapalhado com o celular aqui. Eu mandei uma mensagem aí, mas eu acho que não registrou o meu pedido para, logo no início, para estar fazendo a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Mas está valendo.

**O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM** - Eu quero parabenizar você, presidente, pela iniciativa de estar aí trazendo o nosso secretário Octaviano. Agora não tem, como nós não estamos na Assembleia, não dá para ele passar e tomar um capuccino, não é? Que ele gosta, mas vai ficar para a próxima. Mas eu quero, não vou tomar os dez minutos não, secretário, mas é cumprimentar os companheiros amigos aqui, deputados que também se fazem presentes, parabenizar o trabalho.

Eu sei que os dois primeiros anos foram muito difíceis para o Orçamento do Estado, e nós sabemos que 2021 o estado de São Paulo vai estar bem melhor do que todos os estados da Federação, do que o próprio governo federal, pelas medidas que nós, deputados, e vocês tiveram a iniciativa de a gente aprovar na Assembleia. Então nós vamos colher frutos, e poder ajudar a nossa região através de atos que nós fizemos neste ano. Então dentro das vicinais, que vai ser importante principalmente na minha região, na região de cada deputado, que é o que hoje a gente ouve maior reclamação.

Desde o melhor caminho, também os recapeamentos. E houve estudos, os prefeitos foram avisados para entregar as principais vicinais para que houvesse esse estudo. Então hoje está tudo engatilhado para ser liberado para 2021. Então eu quero parabenizar esse trabalho, que não foi fácil, e todos os deputados que têm sua região aí, com certeza vão ser beneficiados, e vão poder mostrar o trabalho.

No mais é isso, presidente. E, secretário, continue com essa saúde forte aí, que a gente gosta do senhor, porque o senhor é, com todas as dificuldades que passou, não deixou a peteca cair, continuou trabalhando, dando as suas entrevistas, quando solicitado estava sempre presente. Então é isso aí, parabenizá-lo, e conte com a gente aqui, está bom?



**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Obrigado, Rogério Nogueira, pelas suas palavras, as suas colocações que com maestria, na nossa falta, dirigiu as sessões aqui desta importante Comissão na Casa. Obrigado pela participação, e contamos com você ainda aí até o final desta audiência, junto o secretário João Octaviano.

E para a gente, como o Rogério disse, e eu assino embaixo, é uma satisfação muito grande ver o senhor recuperado, com saúde, gozando de plena saúde, trabalhando, dando a sua contribuição para o estado de São Paulo. Eu quero passar a palavra aqui para as considerações do secretário João Otaviano, e, em seguida, por ordem de inscrição, vamos ouvir o deputado Vinícius Camarinha. Com a palavra, o secretário João Octaviano.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Obrigado, deputado, obrigado deputado Rogério Nogueira. Passada esta crise toda, vou buscar aquele capuccino delicioso lá da sua sala, viu? E pode ter certeza que este trabalho que foi feito, das vicinais, ele vai ser cumprido.

Tudo o que foi combinado com os prefeitos, independentemente da mudança em alguns municípios, por conta da eleição, aquilo que foi comprometido das três vicinais, que eram as três que os prefeitos colocaram, elas qualificadas dentro do plano, e isso será cumprido, assim que a gente resolver a questão financeira. Como bem colocou o deputado, com a coragem da Assembleia, com o senso de cidadania, e o senso de responsabilidade com o gasto público, a aprovação que vocês fizeram do 529 e das mudanças que foram feitas vai garantir para 2021 uma capacidade de investimento do Estado que os senhores vão ver.

É compromisso, eu falei isso com o vice-governador, com o Rodrigo Garcia, que está à frente dessa retomada dos investimentos, ele garante que nós vamos ter aí as vicinais do primeiro grupo imediatamente ainda no primeiro trimestre já liberadas, uma vez que tiver o novo Orçamento já em funcionamento em 2021. Muito obrigado, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Nós que agradecemos ao esclarecimento do secretário João Octaviano, com relação ao questionamento do deputado Rogério Nogueira. Em seguida, por ordem de inscrição, eu vou passar a palavra ao deputado Vinícius Camarinha. E em seguida, depois, ao deputado Maurici, em ordem de inscrição também. Com a palavra, deputado Vinícius Camarinha.

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB** - Presidente, boa tarde, meus cumprimentos a V. Exa., já o parabênzo pelo trabalho frente a essa Comissão, V. Exa. que é um engenheiro

preparado, foi diretor do DNIT, tem conhecimento sobre esse tema, e eu acho que a Assembleia ficou muito bem representada nesta Comissão, tomara que continue, com a presidência de V. Exa., que é uma autoridade no assunto de transporte, e isso nos auxilia muito nos trabalhos aqui da Assembleia.

Da mesma forma quero cumprimentar o vice-presidente, deputado Rogério Nogueira, que tão bem conduziu os trabalhos da Comissão na ausência de V. Exa., e cumprimentar todos os colegas membros desta Comissão, que, juntamente, em conjunto, todos nós fizemos o que deveria ser feito. E em especial o nosso convidado, o brilhante secretário João Octaviano – além de muito competente extremamente humilde, simples, solícito, sempre nos atendendo junto com a sua equipe, com o Dutra, com a secretaria toda lá disposta a receber a nós e os prefeitos, os agentes políticos que foram eleitos para melhorar a vida das pessoas.

E eu queria iniciar, presidente, dizendo o seguinte. Uma das principais secretarias que nós temos, sem dúvida, é a de Transportes, é responsável pelo escoamento da produção, responsável pela locomoção das nossas famílias, responsável pelo ir e vir do nosso povo nas nossas rodovias. São Paulo é um país praticamente, o movimento que nós temos nas nossas rodovias é uma coisa impressionante, e é fundamental que nós tenhamos um olhar estratégico e cuidadoso do Governo do Estado, é fundamental para garantir, em primeiro lugar, a segurança nossa, das nossas famílias e do nosso povo, para que não tenhamos acidentes, para que possamos ir e voltar aos nossos lugares, aos nossos destinos, com segurança.

E em segundo, garantir o bom escoamento da nossa produção, o escoamento logístico que possa dar ao nosso Estado o que nós temos hoje, como um dos principais estados, se não o principal Estado do Brasil economicamente falando. Tudo isso é esse conjunto de ações, mas sobretudo o Transporte é fundamental para a gente garantir o estado de São Paulo, e garantiu o Brasil, como uma locomotiva do desenvolvimento do nosso País.

E frente a essas ações, secretário, eu sei que é fundamental o transporte ferroviário, o transporte aéreo, evidentemente, mas com um pouco mais de restrição. Os nossos rios, o transporte sob navios que é fundamental, e, em segundo plano, evidentemente, que é mais usado, o transporte terrestre, sob pneus, que, infelizmente, hoje no nosso Estado representa quase 85% da produção, do escoamento dos nossos produtos, o que é ruim, infelizmente. Nós tínhamos que ter mais transporte ferroviário, mais transporte com os nossos rios, transportes com os nossos navios, contêineres em balsas. Isso seria muito mais eficiente, barateando muito os nossos produtos, e também descongestionando as nossas vias rodoviárias. Então fica um pedido aqui, secretário, para que nós possamos focar nesses transportes alternativos.

Muita coisa já foi concedida à iniciativa privada, e se for o caso por que não trabalhamos também com o modal nos nossos rios, em termos de concessão, não é? Porque nós estamos, infelizmente, ouvindo o testemunho do senhor sobre a falta de entendimento com o Governo do Estado.

Em investimentos em transporte público, não é? Isso é lamentável, V. Exa. testemunhando aqui para nós a falta de interesse do Governo do Estado em investir recursos público aqui. O que é lamentável, porque não é investir no governador Doria, é investindo no povo de São Paulo, é investir na população do estado de São Paulo, é investir nos milhares de brasileiros que vivem aqui em São Paulo.

Eu condeno veementemente qualquer ideologia, ou qualquer politização, desses assuntos importantes de infraestrutura em Transporte que nós temos, secretário. Se isso realmente estiver acontecendo, como V. Exa. nos disse, é de se repudiar. E eu acho que a Assembleia precisa, presidente, tomar alguma providência, porque nós não podemos permitir que uma disputa política interfira nos investimentos do governo central, no nosso Governo, no nosso estado de São Paulo.

Então o nosso apoio absolutamente para que possamos superar esse problema, Sr. Secretário, e eu tenho certeza que o nosso presidente, e os outros colegas da Comissão, também não faltarão com esse apoio – fazer um diálogo com o governo federal, para que isso não aconteça.

E a última sugestão, secretário, eu até lhe havia dito na semana passada informalmente, mas agora quero fazê-lo formalmente, é para que V. Exa. coloque no calendário de investimentos do Governo do Estado a continuidade da Rodovia Castelo Branco, para que ela chegue até a BR-153. Facilitando ainda mais o acesso do interior até a capital, e sobretudo da capital ao oeste do estado de São Paulo. A Rodovia Castelo Branco é uma bela rodovia, é uma rodovia extraordinária, é uma rodovia que dá orgulho de a gente trafegar por ela, é uma rodovia que abriu os pulmões do nosso Estado para o interior.

O deputado Madalena sabe muito bem sobre isso, tem um projeto lá no DNIT que ele comandou sobre esse projeto, mas eu gostaria, Sr. Secretário, que V. Exa. colocasse no calendário de prioridades do Governo do Estado. Eu sei que é uma obra que tem um investimento alto, mas é uma obra que tem um custo-benefício importante para o Estado. Eu tenho certeza que nós, e com a inteligência de V. Exa., nós podemos fazer aditamentos em contratos de concessão, podemos encontrar uma solução que não onere tanto o Orçamento do Estado neste momento de tanta dificuldade financeira.

Mas é um apelo que eu faço a V. Exa., que priorize a extensão da Rodovia Castelo Branco. Também falarei isso com o governador João Doria, com o vice-governador Rodrigo Garcia, mas é uma grande prioridade para o nosso estado de São Paulo. Ademais, Sr. Presidente, deputado Ricardo Madalena, parabéns mais uma vez pelo trabalho. Caros amigos, colegas desta Comissão, foi um prazer ter trabalhado com todos os senhores. Sr. Secretário João Octaviano, um grande abraço, parabéns.

Estou muito feliz com a vossa recuperação, com a sua saúde, São Paulo precisa de pessoas competentes como V. Senhoria, então parabéns, um grande abraço, sucesso.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Obrigado, deputado Vinícius Camarinha, conhecedor profundamente da nossa região da Alta Paulista, principalmente, que essa, a futura obra aí da Castelo Branco, que se um dia ela vier a ser realizada, não tenho dúvida nenhuma que trará um benefício imensurável a toda a população da Alta Paulista. Mais de 900 mil pessoas serão beneficiadas diretamente com essa obra do prolongamento da Castelo Branco, sendo que nós já temos um EVTEA, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental aprovado pelo DNIT quando nós estávamos na superintendência aqui do estado de São Paulo.

E isso pode ser aproveitado pelo Governo do Estado, não tenho dúvida nenhuma desta colocação, do deputado Vinícius Camarinha. Quero passar a palavra aqui ao nosso secretário, João Octaviano, para as considerações desse deputado, que luta muito por Marília e região. Com a palavra, o secretário João Octaviano.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Obrigado, presidente. Deputado Vinícius Camarinha, como sempre, cirúrgico, objetivo, muito obrigado pela oportunidade de tocar nesse ponto. Desde que o senhor falou na semana passada, e que o deputado Madalena falou do EVTEA, eu já pedi para ir atrás, no DNIT, desse estudo.

Nós temos aí, sim, alguns projetos de extensão de rodovias aqui em São Paulo, e elas são fundamentais. O primeiro estudo que nós temos é a extensão da Carvalho Pinto até Aparecida, incorporando ali duas rodovias, a Oswaldo Cruz, na descida até Ubatuba, e a Floriano Rodrigues Pinheiro, na subida para Campos do Jordão.

Então tem ali já uma discussão também com a concessionária, para que haja investimento privado na duplicação até Aparecida, e a outra discussão é com a concessionária da Castelo Branco, que já estava na mesa aí alguns aspectos: a marginal de Alphaville, o trecho de acesso a Osasco, e a extensão de Botucatu até a BR-153 ali.

Fomos atrás desse projeto, o pessoal já está levantando esse estudo de viabilidade técnica e ambiental, para que a gente possa colocar na mesa o investimento privado – é aquela discussão do reequilíbrio do contrato através de um formato legal definido, que é o fluxo de caixa marginal.

Essa obra entra com um valor de uma TIR abaixo da TIR do contrato, TIR de mercado, quer dizer, se torna muito atraente para o Estado, porque você vai prorrogar o contrato da concessão na forma da lei, oferecendo a eles essa possibilidade, e ele reequilibra através do fluxo de caixa marginal, com uma taxa interna de retorno abaixo do contrato original. Para o senhor ter uma ideia, nós estamos negociando hoje taxas internas de retorno para fluxos de caixa marginal na ordem de 7,5%, quando a TIR do contrato original – então ela se torna muito atraente para que o Estado possa trazer projetos dessa natureza.

Então nós estamos com esses dois grandes projetos aí na mesa, de extensão da rodovia – e essa, sem dúvida alguma, é uma rodovia da maior importância. Eu quero aqui, em primeira mão, trazer aos senhores, ainda falta um pedacinho do rigor administrativo, e da formalização. Mas na semana passada nós aprovamos, junto ao comitê gestor de parcerias, CGPD, Comitê Gestor de Parcerias de Desestatização, a possibilidade de criar mais uma rodovia, ligando o planalto com o porto, desde a região do Rodoanel Leste, na altura de Suzano, chegando até o porto de Santos, na margem esquerda, e se conectando com aquele anel rodoviário, que é a chamada ferradura, dentro do porto.

E essa rodovia tem uma característica nova, que ela também terá um tramo ferroviário associado a ela, para resolver definitivamente a questão de contêiner no porto. Hoje os contêineres descem exclusivamente pela Via Anchieta, por uma pista da Via Anchieta, nós estamos trabalhando para aumentar a capacidade da pista, aumentar também a capacidade do sistema Anchieta.

Não a Imigrantes, a Anchieta, para que você tenha, na pista de subida, uma reversão entre domingo e quinta-feira de madrugada, para que você desça contêineres do porto com certa. Há agora um projeto para que você tenha um tramo rodoferroviário, ligando o planalto, na altura de Suzano, até a margem esquerda do porto, na altura do Guarujá. E isso foi aprovado, é um chamamento público que nós vamos publicar nas próximas semanas, convidando o mercado a apresentar projetos para resolver essa terceira pista de descida para o litoral.

É um projeto robusto, de grande fôlego, e que se soma a esses dois outros projetos: o projeto de duplicação da Castelo, até a BR-153, e também o projeto de duplicação da Carvalho Pinto até Aparecida. Então nós estamos, deputado Camarinha, ligados, o senhor fez

uma provocação, e nós vamos atrás dessa provocação. E, se Deus quiser, essa provocação vai se transformar em um projeto de extensão da concessão, para que a gente possa ter a duplicação, e a extensão, da Castelo até a BR-153. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, muito obrigado pelas considerações.

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB** - Obrigado, secretário, parabéns, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Beleza. Obrigado, viu, secretário, pelas colocações daquilo que foi arguido aqui pelo deputado Vinícius Camarinha. E dando sequência, eu passo a palavra ao deputado Maurici, por ordem de inscrição. Eu acho que o deputado Maurici não – ah, está aí. Deputado Maurici com a palavra, obrigado por estar participando. Você que está em substituição a um membro efetivo, que é o Barba, mas com muita maestria está sempre presente, se faz presente, nessa importante Comissão. Com a palavra, deputado Maurici.

**O SR. MAURICI - PT** - Boa tarde a todos e a todas, quero cumprimentar o deputado Ricardo Madalena, o Sr. Presidente da Comissão, e na sua pessoa estender os compromissos a todos os deputados e deputadas presentes. Quero também estender estes cumprimentos ao secretário João Octaviano Neto, que tão gentilmente atendeu ao nosso convite de vir dialogar conosco nesta Comissão.

Bem, em 2018 a Secretaria de Logística e Transportes foi autorizada a contratar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, estudos para desenvolver o novo sistema de transportes para a macrometrópole de São Paulo: regiões metropolitanas da capital, Santos, Sorocaba, Campinas, Americana, São José dos Campos e conexão com São Sebastião.

Sr. Secretário, se o senhor pudesse, eu gostaria de ouvi-lo detalhar como se dará o equilíbrio da matriz Transportes quanto à mobilidade de mercadorias e de passageiros da macrometrópole de São Paulo? Esse estudo foi concluído? Com relação à implantação do Ferroanel, que eliminará o compartilhamento de vias permanentes da CPTM com o transporte de cargas, qual a situação desse projeto, Sr. Secretário? As rodovias Raimundo Pereira de Magalhães, a SP-332, Presidente Tancredo Neves, Edgar Máximo Zambotto, SP-354 e a Prefeito Luiz Salomão Chamma SP-023 formam um importante sistema de logística e

transporte de integração com o sistema Anhanguera-Bandeirantes, Rodoanel Mário Covas e Rodovia Dom Pedro.

É um vetor de desenvolvimento econômico muito importante para a região norte da região metropolitana de São Paulo, e ainda tem reflexo muito importante no desenvolvimento social dos municípios que formam a sub-região norte: Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato e Mairiporã. A minha indagação, Sr. Secretário, é se há projetos ou qual a posição atual relativa a intervenções de melhorias nessas rodovias: Raimundo Pereira de Magalhães, Presidente Tancredo Neves, Máximo Zambotto e Luiz Salomão Chamma?

E, estendendo essa pergunta, eu gostaria de saber se há hoje um programa de manutenção, e recuperação, de rodovias e estradas vicinais sob o comando do DER, senhor secretário. E, por fim, gostaria de saber do secretário quais as providências que estão sendo tomadas para a conclusão do trecho norte do Rodoanel Mário Covas? Que é fundamental para essa região que eu acabei de relatar, e para o bom tráfego nessa área da Grande São Paulo, a região metropolitana de São Paulo? A empresa Acciona S.A., de alguma forma, está sendo responsabilizada pela paralisação das obras dos lotes quatro e seis do Rodoanel trecho norte? Qual a penalização imposta a essa empresa, Sr. Secretário? E qual é o prejuízo econômico pela não conclusão do trecho norte? É isso, Sr. Presidente, e agradeço.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Obrigado, deputado Maurici, pelas suas colocações. E estamos passando a palavra ao secretário João Octaviano, para que responda a sua arguição.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Deputado Maurici, boa tarde, muito obrigado pelas perguntas, excelente colocação, dá para a gente fazer uma boa discussão sobre estes aspectos todos. Primeiro, falar do PDDL, a que o senhor se referiu, que é o Plano Diretor de Transportes e Logística da região metropolitana – macrometrópole. Ele foi já desenvolvido, tem aí já algumas conclusões, e ele tem uma interferência bastante grande com outro tema que o senhor coloca, que é a questão do Ferroanel, então eu queria responder junto essas duas questões.

Quando você trabalha esse deslocamento de carga e pessoas na região metropolitana, tem alguns aspectos fundamentais. Primeiro, eu preciso resolver a questão dos trilhos, que vêm desde Americana até a Lapa. Porque ali eu tenho um problema muito sério de segregação de passageiro e carga. E a ideia qual é? Quando você chegasse ali na altura de Perus, tem uma derivação para leste do Ferroanel do trecho norte, do Ferroanel, onde você vai fazer a

derivação de cargas, chegando até Engenheiro Manoel Filho, em Itaquaquetuba, 54 quilômetros onde você depois se conecta com o ramo da MRS, que vem ali desde o sul de Minas Gerais, se conectando com a descida pela antiga Santos-Jundiaí para o porto (ininteligível).

Então o que foi feito, deputado? Nessa discussão, nós chegamos à conclusão de que, para viabilizar uma das questões que estavam no PDDL, que é o trem de passageiros São Paulo-Campinas, o TIC, Trem Intercidades, nós precisaríamos de um investimento bastante robusto nessa segregação de trilhos, de carga e passageiro – de Americana até Jundiaí, depois de Jundiaí até São Paulo. Porque nós chegamos com uma linha da CPTM até Jundiaí, e depois nós não temos mais trilhos para chegar com passageiros até Campinas. Para fazer esse investimento, havia uma tese de que nós teríamos aí a outorga da renovação antecipada da MRS, subsidiando o Ferroanel Norte.

Isso quando havia ainda um bom diálogo, no ano passado, com o governo federal, 2019. O general Megid, que era o Secretário Nacional de Transporte Terrestre, nos procurou com a equipe da Secretaria Nacional de Transportes, do Ministério de Infraestrutura, com a proposta que era o seguinte: ao invés de a gente fazer agora o trecho do Ferroanel Norte, essa outorga da MRS iria para resolver essas questões dos trilhos, desde Americana até a Lapa – segregar, criar duas plataformas logísticas, uma na Lapa e outra no Brás –, e resolver em definitivo a questão dos trilhos, liberando o trecho para fazer o trem intercidades até Campinas.

Fazendo essa segregação, não haveria carga de derivação entre Perus e Engenheiro Manuel Filho, porque essa carga viria direto pelo eixo já aqui da Lapa, encontrando depois, do lado oeste do Estado, o tramo da Rumo na antiga Sorocabana. Então houve um entendimento de que seria mais interessante para o Estado, com a postergação como um estoque de oferta futura de transporte de carga deste tramo norte do Rodoanel, e liberar isso para resolver em definitivo todo esse engate.

E isso atenderia uma das questões que está no PDDL, que é você melhorar a questão do transporte de passageiros na região metropolitana, na macrometrópole. Aí que nós estamos falando da chegada do TIC até Campinas. E isso foi feito, assinamos um protocolo de intenções. O meu colega, o secretário Alexandre Baldy, está cuidando da parte de passageiros, e nós estamos trabalhando com a parte de carga, para cobrar, então, o investimento das duas plataformas logísticas, para resolver a questão do Brás e da Lapa. Então, isso tudo agora está dependendo do Tribunal de Contas da União aprovar a renovação da MRS. Uma ela já aprovou, como eu me referi da Malha Oeste. Agora a MRS, quando ele



fizer isso, haverá, então, a liberação para o aporte de parte da outorga nessa questão dos trilhos, isso está encaminhado.

Então, outra questão que o senhor coloca, que é muito importante também nessa região, a Raimundo, a Tancredo, as rodovias que fazem essa conexão aí nos municípios circunvizinhos ao Rodoanel. A Raimundo Pereira de Magalhães tem um papel importantíssimo, a antiga estrada São Paulo-Campinas, ela é uma avenida urbana, tem lá uma característica de ligação enorme com toda aquela região de Pirituba, subindo até Parada de Taipas. Quer dizer, ela tem ali toda uma, eu diria que uma característica “troncal” de ligação urbana, e ela vai até os outros municípios. E ela terá uma característica importante, como o acesso ao Rodoanel, e um dos trevos de acesso ao Rodoanel é justamente na Raimundo Pereira de Magalhães. Agora, é fundamental que haja ali uma composição, e isso está sendo estudado no PDDL, das outras rodovias municipais que também acabam tendo uma característica de ilhas urbanas, na composição de atratividade de cargas locais para o Rodoanel, porque vai ter uma carga expressa, que vem pelo sistema todo, entra no Rodoanel, pega o Rodoanel Norte, e vai sair no sistema Dutra-Ayrton Senna e Fernão Dias.

E tem uma carga, que é uma carga intermediária, que entra por ali, não tem outra entrada, depois você tem só a saída em Guarulhos. Então você vai ter uma outra carga de passagem, que vem dessa região noroeste da capital, entrando pelo Rodoanel, e entrando até Guarulhos, quer dizer, que é uma outra carga importante, porque ali você pode ter uma carga de deslocamento para o terminal de carga do Aeroporto de Guarulhos, e um tramo do Rodoanel tem essa característica, de ligar com o aeroporto.

Então a Tancredo, a Teodoro, desculpe, a Raimundo, elas têm essa característica, sem perder o papel delas, da maior importância. O senhor conhece a região, o senhor sabe ali onde era o antigo Nasbe, do Banespa, que foi construído agora, da MRV, aquele conjunto habitacional, o que ele significa de impacto para a região. E a própria ligação de mais uma ponte sobre o Rio Tietê, naquele trecho ligando com a Lapa. Então essa é uma questão relevante, e ela tem um papel de conexão local importante.

O senhor coloca também um outro papel, uma outra questão fundamental, é a questão da Acciona. Nós reindicimos o contrato da Acciona, a Acciona tinha o lote quatro e o lote seis do Rodoanel Norte. Nós reindicimos o contrato da Acciona, e a rescisão desse contrato ficou automaticamente na cláusula de arbitragem do contrato. Então está em arbitragem, uma parte disso tem um segredo de Justiça por conta da natureza da arbitragem. Nós estamos pedindo que a gente levante o segredo da arbitragem, para tornar bastante claro o que nós estamos cobrando da Acciona.

A Acciona, ela tem ali, vamos dizer, responsabilidades objetivas sobre o lote quatro e o lote seis, portanto é fundamental que isso fique claro, inclusive o que nós estamos cobrando deles – tem aí toda uma discussão judicial, é difícil a gente conseguir vencer essa discussão em curto prazo. Mas eu quero dizer ao senhor, está na arbitragem, e com muita celeridade o Governo está cobrando da Acciona tudo aquilo que a gente acha que é devido. Os números, eu não posso colocar, sob pena aí de eu quebrar essa determinação, recebi por escrito uma determinação do árbitro, porque eu andei dando entrevista falando essas coisas.

Tomei um pito dele, muito embora eu não concordo, eu acho que não tem, eu sou da opinião, deputado, que não tem documento secreto quando se trata de contrato com dinheiro público, então não tem que ter essa cláusula de sigilo, isso daí tem que ser tudo colocado às claras. Nós estamos cobrando tanto, porque nós achamos que eles devem tanto, ele reclama lá do que ele quiser, nós vamos colocar isso, então está na arbitragem, e nós estamos andando com bastante celeridade sobre isso.

Acho que eu respondi todas as suas questões, se eu esqueci alguma o senhor, por favor, refaz a pergunta, que eu estou com a memória ainda meio atrapalhada, mas acho que eu venci todos, anotei aqui, acho que eu venci todos os pontos que o senhor se referiu.

**O SR. MAURICI - PT -** Satisfeito, secretário, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Obrigado, secretário João Octaviano, em resposta aos questionamentos do deputado Maurici. Dando sequência aqui, agora mais nenhum inscrito, vou fazer aqui um questionamento ao Sr. Secretário, com relação à Raposo Tavares, que o senhor acabou de mencionar ainda há pouco, que parece-me que tem mais três meses de prazo para a conclusão da obra. É isso, secretário? Vou fazer tipo um bate-bola aqui com o senhor, que provavelmente eu já sou o último inscrito aqui.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO -** Pois não, deputado, é isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL -** Procede?

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO -** O contrato com o Banco Mundial terminava agora, em dezembro, e tem um conjunto de intervenções que precisam ser concluídas, principalmente ali na região de Angatuba, o senhor conhece bem ali. Eu até

me penitencio, fui lá rapidamente fazer uma vistoria, eu devia ter lhe avisado com antecedência, mas eu queria pegar de surpresa ali o pessoal da construtora, porque eu estava achando que eles não iriam fazer o aterro que precisava fazer ali na região de Angatuba. Pois fizeram, viu, deputado? O senhor deve ter passado por lá, concluíram esse trecho. E agora, então, nós conseguimos a prorrogação com o Banco Mundial de mais três meses.

Para assuntos administrativos, da parte de sinalização, parte de limpeza, e parte de ajustes finais, então de dezembro a março, nós vamos ter todos os ajustes finais, para chegar com a obra toda até Ourinhos, então ali eu tenho certeza que nós vamos ter uma grande obra, uma grande conexão com um trecho que é gestão do DER, um trecho do bairro Itapetininga até Ourinhos, e nós vamos ter aí, sem dúvida nenhuma, melhorias em todas as estruturas ali.

Essa de Angatuba era muito importante, até porque havia ali uma discussão de um trevo, e infelizmente foi constatada ali a existência de um lixão, e não havia condição de se fazer a passagem em desnível, por conta do custo de substituição do solo. Então foi feita uma solução bastante cuidadosa de engenharia, e resolveu a questão de Angatuba, e tivemos aí todo esse cuidado.

Mas então, eu queria lhe dizer que nesses três meses está encerrada a obra da Raposo, com todas, vamos dizer, as exigências contratuais, com todas as cumpridas.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, secretário, eu sou testemunha da obra, da execução da obra. Nós, que fomos pioneiros na luta para que realmente ocorresse a restauração desta importante Rodovia no Vale do Paranapanema, essa obra que sai ali de Itapetininga, e vai até a cidade de Ourinhos, duplicando de Ipaussu, passando por Chavantes, Canitar e Ourinhos. São 27 quilômetros de duplicação, mais um total de 50 e poucos quilômetros duplicados, terceira faixa em 120 quilômetros, aproximadamente, num total de 205 quilômetros, um investimento de quase 700 milhões de reais, com novos viadutos, trevos, sinalização horizontal e vertical, recuperação de todo o acostamento, terceira faixa.

Enfim, o antes e depois da Raposo Tavares, uma importante rodovia, e o Governo do Estado vem fazendo a sua gestão, e que está ficando sem dúvida nenhuma um brinco, essa que é a verdade. Parabéns pelo trabalho, aquilo que o senhor vem fazendo com seriedade, e desenvolvendo para o estado de São Paulo.

Outro assunto, secretário, com relação às vicinais. O senhor até acabou de dizer a respeito das vicinais, nós não temos o recurso para dar início já no começo do ano, devido a esse financiamento ainda não estar sendo aprovado? E qual o valor que nós temos do

montante, que, haja vista, se não me falha a memória, em torno de 12 bilhões de reais para recuperar todas as vicinais do Estado. Qual o montante que nós temos e, aproximadamente, previsão de data de início dessa recuperação?

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Deputado, muito obrigado aí pela oportunidade. São duas coisas, nós vamos entrar com um pedido no Cofix para reativar uma linha de 500 milhões, que foi solicitada pelo vice-governador ao CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina. E nós temos também o compromisso com o secretário Mauro Ricardo, que com uma reforma administrativa, e com tudo aquilo que foi feito, nós teremos para o ano que vem um número parecido com dois bilhões de reais para as vicinais, do Orçamento, direto do Orçamento.

E nós vamos buscar mais dinheiro nos bancos de fomento, já temos 500 milhões de dólares, o que dá um número parecido com dois bilhões e meio de reais, se nós conseguirmos conjugar isso, nós imaginamos que teria condições de iniciar esse processo das vicinais até o fim do primeiro trimestre do ano que vem, e ter a aprovação da linha internacional, para que a gente, a partir do segundo semestre, tenha mais dois bilhões e meio colocados nas vicinais.

E aí, como foi já citado, tem os estudos classificando as vicinais nos quatro grupos, nós vamos atacar de cara os dois primeiros grupos, e algumas outras vicinais que estão no terceiro e no quarto grupo, mas, em função da importância dela na região, ela passa a ser atendida agora também. Tudo isso discutido com os prefeitos, com os deputados, de forma transparente. Eu quero tão logo, deputado, tenha todo esse projeto aprovado, voltar a, se o senhor me permitir, a Comissão de Transportes, e apresentar detalhadamente o plano de investimento nas vicinais, já considerando a liberação orçamentária, para eu vir não falar de cortes, já falar de prazos, quais serão, quanto será investido em cada uma, e deixar bem claro aí tudo o que nós vamos fazer no Estado.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, secretário. Dando continuidade, obrigado pela colocação, eu gostaria de saber sobre as concessões que estão prestes a vencer seus prazos. Nós temos contratos que vencem agora em 2021, e 2022, é o caso dos contratos de concessões dos lotes nove, onze e doze, firmados com as concessionárias Triângulo do Sol, Renovias e Via Oeste, e possuem prazo de encerramento em 2021 e 2022. Quais são as providências que esta secretaria vem tomando, no sentido de evitar solução de continuidade na prestação de serviços aos usuários dessas concessionárias?

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Deputado, tema da maior importância. Nós dividimos isso em dois grupos de discussão, um grupo de discussão com as concessionárias que têm passivos regulatórios em aberto – enquanto esses passivos não forem discutidos, o prazo final das concessões não está definido.

Tem concessões em que na hora em que o Estado fechar essa questão dos passivos, aumenta em mais cinco, seis, até dez anos. Então isso está sendo negociado no comitê aí gerenciado diretamente pelo vice-governador, com a participação do secretário Mauro Ricardo, com a participação da Artesp, desta Secretaria aqui, da Logística e Transporte, para a gente chegar a uma boa negociação.

No caso da Triângulo, ela já está mais ou menos encaminhada, e tem a ideia de fazer uma modelagem, e fazer as novas licitações. No caso daquelas cujo passivo pode indicar um aumento de prazo, está fechando – e o gerúndio, me permita, cabe aqui porque ele de fato está ocorrendo nessas próximas semanas –, buscando a solução dos casos mais complicados, o grupo CCR, o grupo Ecovias, o grupo Via Oeste, para que a gente tenha a solução desses passivos.

Resolvidos esses passivos, nós vamos ter as extensões de prazo cabíveis, e os acordos em relação a como ficam essas concessões. Então essas concessões ainda precisamos de mais algumas semanas para definir exatamente como é que vai ficar, para poder tomar essa decisão daquilo que vai ser licitado, e daquilo que terá ainda um prazo de aditamento em função da negociação dos passivos.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok. Com relação aos aeroportos de responsabilidade do DAESP, para o futuro leilão a se realizar, dos 22 novos aeroportos, serão mantidas as condições básicas divulgadas nas audiências públicas, que ocorreram em maio deste ano, de 2020?

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Deputado, tivemos uma reunião na semana passada, exatamente sobre isso – ficam mantidas as condições, mas ressalvadas a questão da oportunidade, levando em consideração que o Tribunal de Contas da União liberou a licitação de concessão de 22 aeroportos federais.

Então nós vamos aguardar a oportunidade, para que haja uma análise de mercado da colocação dos aeroportos regionais, que por acaso também são 22. Então nós temos já a autorização do Governo do Estado para publicar o edital. Estamos aguardando uma autorização do governo federal, a Anac precisa dar a autorização da licitação. Estamos

aguardando essa autorização da Anac, então promessa é dívida, eu tenho muitas ressalvas com relação ao governo federal. De qualquer forma, ficou decidido que nós vamos aguardar a licitação do governo federal dos 22 aeroportos, para analisar a oportunidade de colocar o nosso edital aí na praça.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok. Secretário, com relação à ligação rodoviária de Santos-Guarujá, o senhor acabou manifestando ainda há pouco o projeto da ponte, que será apresentado pelo governo federal. Quanto a esse projeto revisado da ponte for entregue para a análise do governo federal, está sob análise do Ministério da Infraestrutura? Se está, existe previsão de data de resposta do governo federal, de quando será realmente efetivado isso? Existe alguma ação do Ministério da Infraestrutura?

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Não, deputado, não tem não, eu até vou fazer o seguinte aqui, se o senhor me permitir, eu vou pegar o mesmo material que nós entregamos em Brasília, e vou encaminhar à Assembleia, à Comissão, para que a Comissão tenha conhecimento do que nós protocolamos em Brasília: o aumento do vão para 750 metros, a garantia de que não há nenhuma interferência com a manobrabilidade e a evolução dos navios do porto.

Para qualquer navio, sejam os que já atuam hoje no porto, para a expectativa que têm os navios de 366 metros, e para os navios de 400 metros. Mas o ministério não nos deu um prazo, está analisando, a gente sabe mais pelas entrevistas que eles dão aí nos jornais, fazendo crítica aqui e acolá sobre o projeto, mas eu vou fazer isso, viu, deputado? Eu vou pedir para a minha assessoria aqui que, rapidamente, providencie o mesmo material que nós mandamos para Brasília, eu vou entregar ao senhor aí na Assembleia.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, obrigado, secretário. Secretário, com relação à concessão federal ferroviária que nós temos hoje, a maior detentora, que é a Rumo, e nós sabemos que ela é detentora do ramal Santos-Cajati, Panorama-Bauru. E isso poderá ocorrer no futuro a devolução desses ramais para a União, por falta de interesse, da concessionária. Nesta nova, será feita aí agora é a renovação do contrato de concessão.

O senhor acha que há interesse no Estado em absorver essas entregas desses ramais, para que o Estado venha a explorar com a iniciativa privada? O senhor acha que tem interesse de desenvolver essas regiões, que são de suma importância para o estado de São Paulo? Esse

ramal de Cajati a Santos, esse ramal de Panorama a Bauru? O senhor acha que o Estado tem interesse? O senhor, que é secretário de Logística e Transportes do Estado de São Paulo.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Deputado, objetivamente da Rumo, Panorama, Bauru, Pederneiras eles vão reativar, e já estão trabalhando nisso, até porque tem um grande investimento em Lençóis Paulista, lá na Bracell, na fábrica de celulose solúvel, e que depende fundamentalmente do transporte rodoviário para chegar até o porto de Santos, para exportar esse granel. Então o trecho Panorama, Bauru, Pederneiras e Americana, esse daí a Rumo vai manter, que é o que eles chamam lá de Ramal de Panorama.

O outro ramal, Santos-Cajati, nós estamos estudando, eles vão devolver, já avisaram, já houve a conversa aí com o ministério, e vão devolver. Nós estamos estudando, para ver se ter carga, porque a chegada ali, Santos-Cajati, não vai funcionar, porque aquele trecho que era usado anteriormente pela ferrovia, está conurbado hoje com, você tem ali, ao lado da Manoel da Nóbrega, toda uma estrutura já de ocupação do solo.

E aí caberia, deputado, talvez uma discussão, que seria a extensão do VLT, desde a Ponte dos Barreiros, lá em São Vicente – não é? – cruzando para a Praia Grande, e depois chegando até Cumbica, um VLT de passageiros, carga ali não nos parece, e ainda que tenha um mínimo de atratividade de carga de minério, ela não teria uma atratividade para o privado.

Nós estamos estudando isso, e estamos tentando ver se há um interesse, se há uma possibilidade. A princípio, os números não se mostram muito favoráveis, se mostrariam mais favoráveis a, aí sim, você ter um VLT na orla ali, fazendo aquele trecho de 70 quilômetros quase, de Praia Grande até Peruíbe. De qualquer maneira nós estamos estudando isso daí, até porque é nosso dever ver se há algum interesse, e se houver algum interesse, claro, o Governo do Estado vai se manifestar, mas, por enquanto, o que tem de carga de minério em Cajati não justifica o investimento, haja vista que a própria Rumo não quis.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Deixa eu abrir aqui. Ok, secretário, a última colocação que eu faço à Vossa Excelência. Como estão as discussões, junto ao governo federal, para a implantação do Ferroanel, considerando a participação de vossa secretaria na elaboração de estudos e projetos desenvolvidos conjuntamente com o Dersa, e a empresa de planejamento e logística do governo federal?

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Deputado, como eu disse ao deputado Maurici, por hora está suspenso o investimento no Ferroanel Norte, visto que

haverá um grande investimento na questão dos trilhos de Americana até São Paulo, resolvendo várias questões de segregação de carga. Então, por hora, não teremos investimento no Ferroanel Norte.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Mas é uma obra que não pode ser esquecida pelo Governo do Estado, e do governo federal em conjunto, não é? É de suma importância, não só para a população de São Paulo, e nem do estado de São Paulo, mas do Brasil, não é? Com certeza.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Pois é, mas nós vamos transformar ele. Ele se transformou, na verdade, em uma reserva técnica para quando houver carga. Hoje, os estudos de carga, como a segregação das vias entre Americana e Campinas, Americana e Jundiaí, e Jundiaí até a Lapa, ela resolve o problema de carga do hub Americana até o porto. O que nós vamos ter?

No futuro, vão ter mais cargas ferroviárias, com os investimentos da Rumo, com os investimentos da MRS, então haverá uma possibilidade deste ramal norte, ligando Perus e Engenheiro Manoel Filho e Itaquaquecetuba, fazer uma conexão de derivação de carga não necessariamente para o porto. Mas uma carga que vai subir para o interior do Brasil, para Minas principalmente, chegando ali pela MRS. Hoje não tem carga suficiente para fazer a segregação Americana-São Paulo, e o Ferroanel, então, o acordo foi guardar o Ferroanel como uma reserva estratégica.

A hora que houver um incremento de carga, por conta do investimento da malha oeste, por conta do investimento na Ferronorte, não é? No trecho chegando em São Paulo ali, por Estrela do Oeste, desculpa, Santa Fé do Sul e Estrela do Oeste. Então haverá, no futuro, uma possibilidade de expansão. Essa expansão se dará pelo Ferroanel Norte.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Ok, secretário, quero agradecer aqui o senhor de prontidão. De participar de acordo com o Regimento da Casa, o Art. 52 da Constituição Estadual, cumprindo com a sua obrigação de esclarecimento, e prestação de conta para esta Comissão. E sem dúvida nenhuma foi de suma importância para nós, deputados, e também para o povo de São Paulo, parabenizar pela competência, seriedade, e maestria que o senhor dirige esta secretaria.

E deixo aqui os microfones abertos para as considerações finais do senhor, e após o senhor retomo a palavra para encerrar a reunião, e convocar para uma nova reunião amanhã,



que nós temos uma reunião para às 15 horas do dia 16, pois não, com a palavra o secretário João Octaviano.

**O SR. JOÃO OCTAVIANO MACHADO NETO** - Deputado, eu queria agradecer ao senhor, como presidente, fazendo uma brilhante condução da política estadual, de controle da Política Estadual de Logística e de Transportes. Esse acompanhamento, desta Casa Legislativa é da maior importância, que é fundamental essa interação entre o Executivo e o Legislativo, nesse nível de detalhe.

É um privilégio poder discutir com deputados que conhecem tão bem as suas regiões, e conhecem tão bem as demandas que são colocadas ao Governo do Estado, tornam mais objetivas as nossas discussões. Então, do ponto de vista meu, pessoal, e da secretaria, sempre estaremos à disposição, eu e o meu time, para que a gente possa esclarecer, participar, discutir todos os aspectos da Política Estadual de Logística e Transporte.

Quero reafirmar as portas abertas dessa secretaria aos Srs. Deputados, aos prefeitos, a todos aqueles que queiram política sérias, republicanas, sobre Logística e Transporte. Vou pedir ao Dutra tomar providências para levar ao senhor, deputado, o projeto da ponte de Santos. Dutra, pega aqui com a Rosângela depois, uma cópia do mesmo material que eu encaminhei ao Ministério da Infraestrutura, e encaminhe, por favor, ao deputado Ricardo Madalena. Amanhã ainda, de preferência, para que ele tenha acesso a 100% das informações que São Paulo entregou ao Ministério da Infraestrutura.

De resto, eu queria agradecer essa oportunidade, a seriedade com que é tratado o diálogo com o secretário de Estado. E pode ter certeza, deputado, meu respeito e admiração ao trabalho desta Casa Legislativa. Ainda mais agora, quero aproveitar para cumprimentá-los e reafirmar a coragem que os senhores tiveram de aprovar matérias difíceis, mas que garantem o futuro do estado de São Paulo.

Muito obrigado, e os meus parabéns pela condução dos senhores nessa etapa legislativa tão importante, que vai ficar escrita da história no ano dos mais difíceis de toda a nossa história, muito obrigado, deputado. Srs. Deputados, prazer em falar com todos vocês.

**O SR. PRESIDENTE - RICARDO MADALENA - PL** - Nós que agradecemos a presença do secretário aqui hoje, numa sessão virtual, uma reunião virtual. E nós acabamos de ouvir o secretário de Logística e Transporte do Estado de São Paulo. Quero aqui agradecer a assessoria, que esteve presente aqui, a Beth da Casa, desta Comissão a Sônia, o Reinaldo, que trabalha conosco, a Aline, que trabalha conosco, o Dutra, que assessora o secretário.

Quero agradecer aqui a presença dos Srs. Deputados, que fizeram parte desta reunião virtual: deputado Rodrigo Gambale, deputado José Américo, deputado Vinícius Camarinha, deputada Carla Morando, deputado Rogério Nogueira, vice-presidente desta Comissão, deputado Jorge Wilson, Xerife do Consumidor, deputado Maurici e deputado Itamar Borges.

E também lembrá-los que amanhã nós temos a reunião, às 15 horas, amanhã, dia 16, para apreciar a pauta de 12 itens, e receber os diretores da Telefônica, para prestar esclarecimento de qualidade da telefonia móvel, ou seja, da Vivo. Aqueles que têm reclamação a fazer, gostaria que participassem, é fundamental a presença dos Srs. Deputados desta Comissão de Transportes e Comunicações. Ok, pessoal? Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos os participantes.

\* \* \*

- É encerrada a reunião.

\* \* \*